

A ORIGEM E CONCEPÇÃO DA IDEOLOGIA NO PENSAMENTO DE KARL MARX E FRIEDRICH ENGELS: OS SENTIDOS DO CONCEITO N'A IDEOLOGIA ALEMÃ

Dannyel Brunno Herculano Rezende

(Doutorando)

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

drezende@bol.com.br

Resumo: O presente artigo busca discutir os sentidos conferidos ao conceito de ideologia, por Marx e Engels, na *Ideologia Alemã*. Obra capital, escrita nos anos de 1845 – 1846, onde os autores tinham como principal objetivo tecer uma crítica ao pensamento idealista alemão. Pensamento este representado por Hegel e pela geração de jovens estudantes e professores de perfil hegeliano passados a história como neo-hegelianos ou hegelianos de esquerda. A crítica deferida por Marx e Engels é feroz, e não poderia deixar de sê-la, uma vez que o pensamento alemão acabara por inverter toda uma realidade. Para os críticos do idealismo, a ideologia apresenta-se multifacetada, muito embora, em texto limite de análise, o conceito focalizado revista-se de duas acepções centrais: como “inversão” ou “distorção da consciência” e termos parecidos; ou como “pensamentos dominantes” que expressa, por sua vez, a relação de interesses das classes sociais no interior do capitalismo. O artigo, assim, endereça-se em dar conta dessas interpretações e de outros “diálogos”, encontrando, por outro lado, sustentação metodológica numa coerente pesquisa bibliográfica que procura dar suporte às interpretações ocasionadas acerca dos autores investigados e do tema levantado, a ideologia.

Palavras-chave: Concepções da ideologia. Marx e Engels. A Ideologia Alemã.

*Obviamente, o pensamento que identifica os
próprios desejos com a realidade não tem
vergonha nem limites.*

Mészáros.

1. Introdução

Leandro konder (2002) em importante publicação, *A questão da ideologia*, observou com grande acuidade que o tema da “ideologia”, já evidenciado por Michael Löwy, carrega um sentido fortemente polissêmico. “Ideologia” apresenta múltiplos significados. Todavia, apoiado nas interpretações do *Dicionário de Política*, — organizado por Noberto Bobbio, Nicola Matteucci e Giam Franco Pasquino —, cita Mario Stoppino para quem o significado de “ideologia” sustenta duas conotações: uma *fraca* e uma *forte*. Predominando na ciência e na sociologia política contemporânea a primeira acepção, cotada como “neutra” (ideologia como sistema de crenças políticas), o significado da

segunda (ideologia como distorção do conhecimento), por seu turno, é tida como fundamentalmente crítica e bastante negativa; tal compreensão foi atribuída ao pensador alemão Karl Marx (1818-1883) sendo, assim, posteriormente acompanhada por muitos outros autores.

2. Da gênese da ideologia ao seu sentido expresso em Marx e Engels.

Endereçando-se, aqui, por essa vertente interpretativa, diga-se *forte*, originalmente o termo “ideologia” foi debitado ao francês iluminista Antoine Destutt de Tracy (1754-1836). Como nos lembra Michael Löwy (1985), tal conceito foi empregado pela primeira vez em seu livro *Elements d’Ideologie*, publicado em 1801, significando o estudo científico das idéias; sendo essas, o resultado da interação entre o organismo vivo e o meio ambiente. Para De Tracy, e um conjunto de pensadores *esclarecidos* franceses do século XVIII, do qual ele fazia parte, as idéias tinham uma origem material e poderiam ser compreendidas em um movimento que partia dos sentidos às “regiões mais sublimes do espírito”. Essa ciência das idéias, assinalou cuidadosamente Terry Eagleton (1997), fazia parte da zoologia e se constituía como uma região dentro de uma ciência mais geral do animal humano.

Ao estudo científico das idéias, havia também entre os ideólogos um projeto paralelo e ambicioso de mudança de toda a sociedade. Tal projeto fundamentava-se no anelo iluminista de um mundo transparente à razão, livre de preconceitos e superstições religiosas, onde os homens pudessem, como criaturas livres, sobreviver “sem ópio nem ilusão”. As instituições sociais e políticas, na ótica de tais revolucionários franceses, precisavam ser resgatadas da influência má da ilusão metafísica, e conhecer a natureza das idéias era um passo fundamental no sentido da transformação social por eles imaginados. Na concepção dos referenciados ideólogos a educação ocuparia uma posição de destaque como um instrumento estruturador da mudança, sendo assim seu projeto fundamentalmente contrário aos poderes socialmente constituídos. Um ideólogo era, portando, um crítico da “ideologia”, entendida esta, nesse momento, como sistema de idéias dogmáticas e conservadoras.

Contudo, em contexto revolucionário francês do século XVIII, De Tracy entra em desavença com Napoleão Bonaparte (1769-1821) e o conceito de ideologia passa, a partir daí, a tomar novas feições. Eagleton (1997, p.68) apreende bem tal acontecimento quando em seu livro *Ideologia* formula a seguinte passagem: “Mas a sorte de De Tracy logo declinou. Quando Napoleão começou a renegar o idealismo

revolucionário, os ideólogos rapidamente tornaram-se sua *betê noir* (...). Significava agora o liberalismo político e o republicanismo, em conflito com o autoritarismo bonapartista”.

Acusado por adotar um racionalismo exacerbado e por defender posições teóricas e políticas contrárias aos interesses imediatos de Bonaparte, De Tracy logo se viu em apuros e tendo que enfrentar uma série de denominações pejorativas a seu respeito¹. Nas palavras de Napoleão De Tracy e seu grupo eram: “ideólogos”, “falastrões”, “sonhadores”, “uma classe perigosa de homens empenhados em solapar a autoridade política”, “destroem todas as ilusões, e a era das ilusões é para os indivíduos como para os povos, a era da felicidade”. A ideologia passa, então, a significar especulação, abstração ou metafísica, e “Napoleão declarou ter sido ele o inventor do termo depreciativo ‘ideólogo’” (EAGLETON, 1997, p.68).

Ex positis, “Quando Marx, na primeira metade do século XIX, encontra o termo em jornais, revistas e debates”, salienta Michael Löwy (1985, p. 12), “ele está sendo utilizado em seu sentido napoleônico, isto é, considerando ideólogos aqueles metafísicos especuladores, que ignoram a realidade”. Marx retoma, então, o conceito de ideologia em seu uso mais freqüente, dando-lhes outros significados. Ideologia reveste-se, a partir desse momento, do sentido de “distorção” / “inversão”, “falsa consciência” ou “ilusão”, conceito, que ficou celebrizado por sua obra *A Ideologia Alemã* (1846), escrita em parceria com Friedrich Engels (1820-1895).

N’A *Ideologia Alemã* – feita, portanto, “a quatro mãos” – os autores buscaram tecer uma vigorosa crítica aos conhecidos jovens hegelianos, acusando-os de idealistas por se limitarem, entre outros fatores, ao simples confronto das ideias e não perceberem, assim, os nexos do pensamento com a realidade histórica, até mesmo, da própria Alemanha a qual viviam. À autonomização da consciência que advinha desse processo chamaram, os representantes socialistas, de “ideologia”. Na obra, Marx e Engels defendem ainda que a História não se desenvolve como realização das ideias; ao contrário, estas é que derivam do fundamento material da primeira.

É importante, antes de tudo, lembrar que embora o termo “ideologia” tenha se destacado nos filósofos com o significado de “distorção”, “falsa consciência” ou mesmo “ilusão”; e mais que isso, tenha se tornado “habitual” referir-se à terminologia em relação a eles em um único sentido, com o significado expresso acima, sua acepção é bastante variada e

¹ Conforme Eagleton, a defesa irrestrita da razão e a análise da sociedade é inseparável da política revolucionária de De Tracy a qual se opõe à conversa misticadora de Bonaparte sobre o ‘coração humano. Nesse caso, se Napoleão denuncia os ideólogos é porque estes são os opositores juramentados da ideologia, empenhados em desmistificar as ilusões sentimentais e a religiosidade divagante com a qual ele esperava legitimar seu governo ditatorial (Eagleton, 1997, p. 69).

ganha feições distintas ao longo de suas produções, de acordo com os contextos e usos que fazem os autores. Na própria *A Ideologia Alemã*, obra limite desse estudo, duas concepções centrais se destacam: i. a ideologia aparece como “distorção” / “inversão”, “falsa consciência” e termos afins; ii. a ideologia se apresenta como “ideias dominantes” ligada à noção de estrutura de classes.

3. Para uma discussão da ideologia em *A Ideologia Alemã*.

O fato, porém, de ter se deparado com o conceito já utilizado em um determinado sentido – a versão napoleônica – não desautorizou o filósofo socialista de promover uma reelaboração semântica do termo, muito pelo contrário, para imprimir sentido(s) próprio(s) à “ideologia”, como o pretendia n’*A Ideologia Alemã*, Marx percorreu um longo caminho, e em suas formulações, os diálogos com os filósofos idealistas de sua época foram muito importantes. Konder (2002), por exemplo, evidencia a reflexão do crítico alemão sobre essa questão, inicialmente, em seu embate com Hegel:

Foi na *Crítica do direito público hegeliano*, escrita em Kreuznach, em meados de 1843, que Marx se insurgiu contra o modo de Hegel interpretar a relação do Estado com a sociedade civil. (...) O Estado, construção dos homens, resultado da atividade concreta deles, era transformado por Hegel numa chave – formal – pela qual se abria a porta para compreensão do sentido do movimento dos seres humanos. Marx percebeu o equívoco e o apontou: “não é a constituição que faz o povo, mas o povo que faz a constituição” (KONDER, 2002, P. 30).

A leitura de Leandro Konder vai mostrar o caráter invertido das teorizações de Hegel concernentes ao Estado, bem como a aparência do mesmo como um ente apartado do ser humano, de vida “autônoma”. A crítica de Max se deve, precisamente, ao fato continuado de que os homens criam seus próprios Estados, mas os fazem em dada situação que não se reconhecem posteriormente neles. O Estado é uma criação de homens divididos, confusos e alienados, avalia Konder (Ibid), e argumenta: “O ser humano é o verdadeiro princípio do Estado, mas o ser humano *não livre*. O Estado é, então, a *democracia da não-liberdade*, a consumação da alienação” (MEW *apud* KONDER, 2002, p.30).

É evidente que esse caráter abstrato que assume o Estado diante dos homens, na crítica marxiana, apresenta outras facetas, Marx (2002) na *Questão Judaica* (1846), por exemplo, destacou, não só a pretensa racionalidade do mesmo na promoção da lei, mas também sua pressuposta universalidade.

O que, porém, se quer tornar relevante aqui e os autores Konder (2002) e Eagleton (1997) a seus modos já assinalaram, é que no estudo da ideologia, por sua elucidação marxiana, o fenômeno da alienação faz-se fortemente presente. A ideologia, no pensamento de Marx e Engels, pode-se dizer, é mais bem compreendida quando relacionada à questão da alienação² (ou *estranhamento*). Conceito, inclusive, que Eagleton (1997) indicou coerentemente no trabalho de Marx onde melhor se expressou: os *Manuscritos Econômico-Filosóficos* (1844); caminho para o entendimento de sua concepção da ideologia em *A Ideologia Alemã*.

Nós partiremos de um fato econômico *contemporâneo*.(...) Tal fato implica apenas que o objeto produzido pelo trabalho, o seu produto, opõe-se a ele como ser *estranho*, como um *poder independente* do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, que se transformou em coisa física, é a objetivação do trabalho. A realização do trabalho constitui simultaneamente a sua objetivação. (MARX, 2002, p. 111-12).

Marx demonstrou, então, que na sociedade capitalista o resultado da atividade do homem se transforma num ser estranho – ao que corre com Estado – e passa a assumir uma existência aparentemente autônoma, a partir desse momento, começa a exercer sobre ele um poder imperioso de modo que todos se submetem, quando na verdade é o simples produto do seu trabalho.

De acordo com esse pensamento, algo semelhante ao processo de “estranhamento” / “autonomia” que ocorre com objetos foi identificado por Max e Engels, n’*A Ideologia Alemã*, em relação as ideias humanas. Inclusive, antes mesmo de escreverem e firmarem tais processos em livro, os autores redigiram juntos *A Sagrada Família* (1844) e observaram não só a ocorrência dessa “independência” das ideias, mas sobretudo explicitaram criticamente a concepção hegeliana invertida da realidade. Processos de inversão que também constariam fundamentalmente N’*A Ideologia Alemã*.

N’*A Sagrada Família*, polêmica que travam com o neo-hegeliano Bruno Bauer e consortes, Konder (2002) situou bem o fato histórico dos críticos socialistas terem se insurgidos radicalmente contra a concepção idealista da História tida pelos jovens hegelianos. A História fora concebida por eles como uma “força que movia os seres humanos, uma espécie de ‘sujeito metafísico’, que reduziria os indivíduos humanos à condição de seus

² Para um estudo relevante acerca da alienação em Marx Cf. MÉSZÁROS, 2006. *A teoria da alienação em Marx*. Em importante obra, ao explicar as formas como a alienação aparece na literatura marxiana, o autor evidencia o fenômeno da ideologia. (83) 3322.3222

‘carregadores’” (MEW *apud* KONDER, 2002, p.38). Marx e Engels prontamente irromperam com essa problemática: “Não é a ‘história’ que se serve dos seres humanos para alcançar os fins dela, como se ela fosse um sujeito à parte (...) a história é a penas a atividade dos seres humanos perseguindo os objetivos deles” (KONDER, 2002).

Max e Engels criticaram Hegel e os ideólogos alemães porque pensavam tudo, ou quase tudo, de cima para baixo, e por assim situar, assentavam sempre aquilo que produz na condição de produzido. Esses processos de alienação e inversão, percebidos de tal maneira pelos estudiosos socialistas, foram, obviamente, elencados por Terry Eagleton (1997) para refletir a ideologia nos seguintes modos:

Se os poderes e instituições humanos podem ser submetidos a esse processo, então a consciência também pode. A consciência está, na verdade, estreitamente vinculada à prática social; no entanto para os filósofos idealistas alemães de quem fala Marx e Engels, ela se torna dissociadas dessas práticas, fetichizada a uma coisa-em-si, e assim, mediante um processo de inversão, pode ser erroneamente compreendida como a própria origem e fundamento da vida histórica. Se as ideias são apreendidas como entidades autônomas, então isso ajuda a naturalizá-las e desistoricizá-las; e esse é, para o jovem Marx, o segredo de toda a ideologia (EAGLETON, 1997, p.71).

Naturalmente, a imagem mais freqüente a que se recorre no tocante aos processos que sucedem com as ideias é a famosa analogia da “câmara obscura” proposta pelos autores *n’A Ideologia Alemã*: “A consciência não pode ser jamais algo diferente do que o ser consciente, o ser dos homens é um processo de vida real”. Continua, “Se em toda a ideologia, os homens e suas relações aparecem invertidos como em uma câmara obscura, este fenômeno provém igualmente de seu processo histórico de vida, assim como a inversão dos objetos ao se projetarem sobre a retina provém de seu processo diretamente físico” (MARX, 2007, p. 48).

A “ideologia”, por essa formulação, adquire, então, seu pleno significado em Marx e Engels, como ficou amplamente popularizada: “distorção” da consciência ou “ilusão”. Nas palavras de Konder (2002, p. 40) “a ideologia na essência é para Marx a incapacidade de cotejar as ideias com uso histórico delas”. O autor marxista ainda salienta, logo em seguida, a importância, para Marx, de buscar compreender essa incapacidade do ponto de vista da história.

Numa crítica bastante interessante referente à abordagem que fazem da “metáfora da câmara obscura”, – o que acaba por remeter o leitor à introdução deste trabalho –, Terry Eagleton (1997, p.76), em meio a algumas ressalvas, reconhece alí, na “fórmula” de Marx e Engels, o caráter quase totalmente negativo que ganha

o significado do termo “ideologia”. A ideologia, posta nessas condições, apresenta-se como “uma série de quimeras que perpetuam essa ordem, distraindo seus cidadãos da desigualdade e da injustiça (...) uma resolução imaginária de contradições reais que cega os homens e mulheres para a dura realidade de suas condições sociais”. Dessa forma, o tom negativo da expressão advém, em grande medida, da elaboração da ideologia, pelos críticos do idealismo, como inversão da realidade³.

Se, contudo, a ideologia, como assegura Marx *apud* Konder (2002, p. 40), pode ser tomada como a “incapacidade de cotejar as ideias em seu uso histórico”, traduz-se sabiamente que não se está falando de outra coisa, a não ser da relação das ideias com a história a qual é socialmente construída, do deslocamento ou da “autonomia” delas em face do ser consciente e, perfeitamente, do processo de inversão que ocorre na própria consciência. Todas essas “traduções processuais” que caracterizam a ideologia a partir da alusão à câmara obscura, – no que Thompson (2007, p. 50-1) chamou em seu livro de “concepção polêmica do termo⁴”, – têm sua origem na divisão social do trabalho e na instituição da propriedade privada.

O próprio Thompson (2007, p. 52) afirma que “O desenvolvimento das doutrinas teóricas e das atividades teóricas que vêem as ideias como autônomas (...) se torna possível, pela divisão historicamente emergente, entre trabalho material e trabalho mental”. Referindo-se a Marx, Leandro Konder (2002) assevera “que a possibilidade de que a consciência se iludisse a respeito de sua própria natureza tinha surgido no processo em que os seres conscientes promoveram a dilaceração do tecido social que os unia”, isto é, a partir da divisão social do trabalho e do aparecimento das classes sociais.

Nessa mesma perspectiva, Marilena Chauí (1980, p. 113) chama atenção para o fato de que a ideologia, em sua explicação racional das diferenças sociais existentes no mundo, jamais deixou ver que as origens de tais desigualdades encontram-se na divisão da sociedade em classes, a partir das divisões na esfera da produção. E esse fato, é de fundamental importância se se observa que no estudo da alienação o fenômeno do *estranhamento* tem sua gênese na divisão do trabalho social e, evidentemente, na propriedade privada.

³ Pois, segundo Eagleton (2006, p.76), é difícil perceber, nesse caso, de que maneira a ideologia pode ser, em algum sentido, uma força social ativa, organizando a experiência dos sujeitos humanos, conforme os requisitos de uma ordem social específica.

⁴ A expressão é utilizada por Thompson para se referir a essa abordagem específica a respeito da ideologia n’A *ideologia alemã*. Cf. THOMPSON, 2007. *Ideologia e cultura moderna*. O livro faz um estudo da ideologia e dos meios de comunicação de massa na sociedade contemporânea.

A distorção ideológica derivaria, assim, da fragmentação da comunidade humana, do fato de os homens não atuarem juntos. A atividade do homem “se torna para ele um poder estranho, que se contrapõe a ele e o subjuga (...)”. Os seres humanos não podem se reconhecer coletivamente, de maneira imediata, no que fazem. E é a partir desse “estranhamento” que o Estado se estrutura como figura independente e assume o caráter de uma “comunidade ilusória” (KONDER, 2002, p. 41-2).

Konder (2002) vai, então, na origem da ideologia para entendê-la e explicar, entre outros assuntos, o caráter do Estado na sociedade capitalista, e por assim proceder descobre o fenômeno da *alienação* em suas bases existenciais. O Estado é um ente dividido, foi construído no interior de uma sociedade cindida e de tal forma surgiu comprometido com essa cisão. É uma construção ilusória, formulada em Hegel, concebê-lo, então, como o *locus* da razão humana e pretendê-lo socialmente universal.

Esse fato histórico, *per se*, implica, inclusive e imediatamente, na mudança de abordagem que fazem os filósofos alemães do conceito de ideologia até então estudado em *A Ideologia Alemã*, isto é, na ampliação do significado do termo ideologia. A “ideologia” foi expressa pelos críticos do pensamento hegeliano, também, no contexto das relações das classes sociais. A semelhança de Konder (2002) cita-se a passagem de destaque na obra:

As ideias da classe dominante são em cada época as ideias dominantes. Quer dizer: a classe que possui o poder material na sociedade possui ao mesmo tempo o poder espiritual. A classe que dispõe dos meios da produção material também dispõe dos meios de produção espiritual (MARX, 2007).

O Estado como dizia Engels (*apud* REZENDE, 2001), em *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*, constitui “o primeiro poder ideológico” e, é claro, expressa a relação de interesses das classes sociais. Evidentemente, a classe materialmente dominante exerce preponderantemente poder sobre ele. O Estado, de outra forma, movimenta-se de acordo com as ideias e representações dos setores dominantes na sociedade. A ideologia, de maneira contextualizada, nada mais é do que um instrumento de classes, inclusive, utilizada pelo próprio Estado, que como, dito novamente, pretendia Hegel ser o lugar da razão no implemento da lei e no exercício de uma suposta universalidade.

O importante é destacar que esse conceito, firmado dessa maneira, como assinala Thompson (2007, 54), diferentemente do empregado por Marx e Engels na sua crítica específica aos jovens hegelianos, adquire, inicialmente n’*A Ideologia Alemã* e em outras de

suas obras⁵, uma “caracterização da estrutura social e da mudança histórica”. A partir do momento em que os autores “começam a ligar a produção e difusão das ideias à relação entre classes”, o termo absorve uma nova conotação n’*A Ideologia Alemã*.

Essa concepção, acentua Thompson (2007), descrita como “concepção epifenomênica”, “vê a ideologia como dependente e derivada das relações de classe e das relações de produção de classe”. Prossegue o autor: a “Ideologia”, desse modo, “é um sistema de ideias que expressa os interesses da classe dominante, mas que representa relações de classe de uma forma ilusória”. Em outras palavras, é aquilo que Eagleton (1997, p. 78) cunhou de “modelo político” da ideologia em oposição ao modelo “epistemológico”. No seu trabalho, inclusive, sobre o fenômeno ideológico investigado por Marx e Engels, duas conotações contrastantes, mas nem por isso inconciliáveis, podem ser extraídas d’*A Ideologia Alemã*:

As ideias podem ser ideológicas porque negam suas raízes na vida social com efeitos politicamente opressivos; ou podem ser ideológicas exatamente pela razão oposta – por serem expressões diretas de interesses materiais, instrumentos reais da guerra entre as classes. Acontece que Marx e Engels estão em confronto com uma classe dominante cuja consciência apresenta um caráter excessivamente metafísico; e visto que essa metafísica se aplica a propósito de dominação política, os dois sentidos opostos encontram-se de acordo na situação histórica examinada A ideologia alemã (EAGLETON, 1997, 79).

4. Conclusão

Outras interpretações para o termo ideologia são perfeitamente observadas nas diferentes produções dos autores. A concepção de ideologia, por exemplo, toma novas significações nos escritos *a posteriori* de Marx, como no *Prefácio à Crítica da Economia Política* (1859), onde o autor fala das “formas ideológicas superestruturais” e principalmente n’*O Capital* (1867), onde argumenta a respeito “d’O fetichismo da mercadoria”. Foi, contudo, n’*A Ideologia Alemã*, como já se disse, que o conceito de ideologia foi amplamente divulgado. Marx e Engels, ali, fizeram uma substancial crítica aos jovens hegelianos que concebiam a história de forma invertida. Nessa obra, os autores procuraram também destacar que a ideologia, não só se refere à incapacidade dos ideólogos de entender o mundo ou a realidade, mas também aludem a sua representação como um instrumento de classes, na qual

⁵ Como, por exemplo, no *Prefácio de Para a crítica da Economia Política* e no *Manifesto Comunista* de 1848.

a classe dominante faz uso da ideologia para subjugar os setores subalternos da sociedade, o Estado, até mesmo, se transforma num instrumento da classe mais fortemente constituída.

5. Referências

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

EAGLETON, Terry. **Ideologia: uma introdução**. São Paulo. Editora da Universidade Estadual Paulista: Boitempo, 1997.

KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LÖWY, Michael. **Ideologia e ciências sociais: elementos para uma análise marxista**. São Paulo: Cortez, 1985.

MARX, K. & ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2007.

MARX, K. A questão judaica. In.: **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. In.: _____. São Paulo: Martin Claret, 2002.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

REZENDE, Antônio. **Curso de filosofia para professores e alunos dos cursos de segundo grau e graduação**. 3. ed. Rio de Janeiro: JZE, 2001.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.